

4ª CEC

CONFERÊNCIA
ESTADUAL DE

CULTURA SP

2023/2024





“A cultura é a expressão da identidade de um povo, e é a fonte de inspiração para a criação e a inovação. Ela é o que nos conecta uns aos outros, e o que nos torna únicos.”

Darcy Ribeiro - Filósofo e sociólogo brasileiro

PREFÁCIO

Apresentamos a seguir o relatório da 4ª Conferência Estadual de Cultura de São Paulo. Durante os encontros ocorridos nos dias 8, 15 e 18 de dezembro de 2023 e, 17 e 18 de janeiro de 2024, ocorreram debates sobre as políticas culturais com uma ampla participação.

Foram discutidas diretrizes e estratégias para o encaminhamento de propostas e para a eleição de delegados e delegadas representantes do Estado de São Paulo na etapa nacional. A 4ª Conferência Estadual de Cultura teve como tema central “Democracia e Participação Cultural”, tendo como base as discussões anteriormente realizadas nas conferências municipais e intermunicipais.

O encontro contou com gestores culturais e representantes da sociedade civil, fazedores de cultura dos diversos segmentos artístico-culturais nas várias regiões do estado de São Paulo. O debate foi marcado por ampla participação democrática, e extensa discussão das propostas encaminhadas pelas conferências municipais e intermunicipais.

Este relatório representa um registro das discussões realizadas durante a Conferência, bem como uma ferramenta para orientar futuras ações e políticas públicas culturais, visando promover a diversidade, a valorização do patrimônio cultural e o acesso amplo e igualitário à cultura.

ÍNDICE

ETAPAS E OBJETIVOS	5
EIXOS TEMÁTICOS	6
ETAPA VIRTUAL DA 4ª CONFERÊNCIA ESTADUAL DE CULTURA DO ESTADO DE SÃO PAULO	7
ETAPA PRESENCIAL DA 4ª CONFERÊNCIA DE CULTURA DO ESTADO DE SÃO PAULO.....	8
ETAPA HÍBRIDA DA CONFERÊNCIA ESTADUAL.....	11
DEBATES DOS EIXOS ESTRURANTES	11
EIXO I - INSTITUCIONALIZAÇÃO, MARCOS LEGAIS E SISTEMA NACIONAL DE CULTURA.....	122
EIXO II – DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À CULTURA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL.....	13
EIXO III – IDENTIDADE, PATRIMÔNIO E MEMÓRIA	15
EIXO IV – DIVERSIDADE CULTURAL E TRANSVERSALIDADES DE GÊNERO, RAÇA E ACESSIBILIDADE NA POLÍTICA CULTURAL	16
EIXO V: ECONOMIA CRIATIVA, TRABALHO, RENDA E SUSTENTABILIDADE.....	18
EIXO VI: DIREITO ÀS ARTES E LINGUAGENS DIGITAIS	19
PLENÁRIA GERAL.....	22
DA VOTAÇÃO DAS PROPOSTAS ESTADUAIS E FEDERAIS	23
PROPOSTAS PRIORITÁRIAS ESTADUAIS	24
PROPOSTAS PRIORITÁRIAS FEDERAIS.....	26
PROPOSTAS ESTADUAIS POR EIXO.....	27
PROPOSTAS FEDERAIS POR EIXO	35
DA VOTAÇÃO DOS DELEGADOS.....	40
COMISSÃO FISCALIZADORA	40
DELEGADOS E DELEGADAS SETORIAIS	40
PROCESSO DE VOTAÇÃO.....	41
DOS(AS) DELEGADOS(AS) ELEITOS(AS)	41
DELEGADOS(AS) TITULARES REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL.....	42
DELEGADOS(AS) TITULARES REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO	43
NORTEADORES DA VOTAÇÃO DE DELEGADOS(AS)	44
MOÇÕES APROVADAS PELA PLENÁRIA	45
ENCERRAMENTO DA PLENÁRIA	52
CRÉDITOS	53

Realização

Governo do Estado de São Paulo

Secretária da Cultura, Economia e Indústria Criativas

Associação Paulista dos Amigos da Arte - Organização Social de Cultura

Etapas

Sob coordenação da Secretaria da Cultura, Economia e Indústria Criativas por intermédio da Comissão Organizadora Estadual, instituída em Resolução SCEIC n.º 59/2023, de 18 de agosto de 2023, a 4ª Conferência Estadual de Cultura de São Paulo foi realizada em três etapas para garantir a maior participação dos (as) delegados (as) eleitos(as) nos municípios. A primeira etapa da 4ª CEC-SP foi realizada nos dias 8 e 15 de dezembro de 2023 de forma virtual. No dia 18 de dezembro de 2023, ocorreu a segunda etapa da 4ª CEC-SP de forma presencial no Memorial da América Latina. E a última etapa da Conferência Estadual de Cultura de São Paulo ocorreu nos dias 16 e 17 de janeiro de 2024, de forma híbrida (online e presencial) no Teatro Sérgio Cardoso.

- Etapa virtual - 8 e 15 de dezembro de 2023
- Etapa presencial - 18 de dezembro de 2023 – Memorial da América Latina
- Etapa híbrida - 17 e 18 de janeiro de 2024 – Teatro Sérgio Cardoso

Objetivos

A 4ª Conferência Estadual de Cultura de São Paulo teve como objetivo principal proporcionar aos delegados eleitos nas conferências municipais e intermunicipais a realização de amplas discussões de propostas de caráter estadual e federal. As propostas de âmbito estadual mais votadas foram encaminhadas pela plenária final à Secretaria de Cultura do Estado. As propostas federais eleitas serão levadas pela delegação paulista à 4ª Conferência Nacional de Cultura, em março próximo à Brasília.

Além das discussões das propostas, a conferência elegeu 60 (sessenta) representantes do Estado de São Paulo para constituir a delegação a participar da Conferência Nacional. Foram validados os representantes setoriais presentes nos dias 17 e 18 de janeiro, eleitos da RMSP e regiões administrativas,

Eixos Temáticos

Os debates realizados na 4ª Conferência Estadual de Cultura do Estado de São Paulo se deram em torno dos seis eixos norteadores, conforme indicado na resolução SCEIC 67/2023 e portaria MinC nº 41.

EIXO I - INSTITUCIONALIZAÇÃO, MARCOS LEGAIS E SISTEMA NACIONAL DE CULTURA:

Foco na estruturação e legislação que regem a cultura a nível nacional.

EIXO II - DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À CULTURA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL:

Busca a ampliação do acesso da sociedade à cultura e promove a participação ativa do público.

EIXO III - IDENTIDADE, PATRIMÔNIO E MEMÓRIA:

Trata da preservação da identidade cultural, patrimônio histórico e memória coletiva.

EIXO IV - DIVERSIDADE CULTURAL E TRANSVERSALIDADES DE GÊNERO, RAÇA E ACESSIBILIDADE NA POLÍTICA CULTURAL:

Enfatiza a inclusão de diferentes grupos culturais, gêneros, etnias e acessibilidade na política cultural.

EIXO V - ECONOMIA CRIATIVA, TRABALHO, RENDA E SUSTENTABILIDADE:

Discute o papel da cultura na economia, geração de trabalho, renda e sustentabilidade.

EIXO VI - DIREITO ÀS ARTES E ÀS LINGUAGENS DIGITAIS:

Aborda o acesso aos meios digitais para expressão artística e cultural.

Etapa virtual

8 e 15 de dezembro de 2023

MEDIAÇÃO

- Marcelo Henrique de Assis – Secretário Executivo da SCEIC-SP
- Raphael Sansão e Bárbara Sansão (BR Libras) – intérpretes de Libras

PARTICIPANTES

- 230 a 300 delegados

Com a finalidade de promover um debate democrático e plural, foi definido que a primeira parte da 4ª Conferência de Cultura do Estado de São Paulo acontecesse de forma virtual, proporcionando assim a oportunidade para que os delegados(as) eleitos(as) e suplentes, de todos os 140 municípios participantes, comparecessem e fortalecessem o início dos debates.

Desta maneira, a primeira etapa da 4ª Conferência de Cultura do Estado de São Paulo foi constituída de duas reuniões online, com interpretação em libras, conduzidas pelo Secretário Executivo da Secretaria da Cultura, Economia e Indústria Criativas do Estado de São Paulo, Marcelo Henrique de Assis.

O primeiro encontro ocorreu no dia 8 de dezembro e o segundo no dia 15 de dezembro de 2023. As principais discussões durante os dois dias de reunião online foram acerca da leitura do Regimento Interno e sobre as metodologias que seriam utilizadas para o envio de destaques durante a realização das próximas etapas da 4ª CEC-SP, além dos métodos propostos para serem conduzidas as reuniões presenciais e híbridas.

Ao total foram inscritas pelos delegados 3.153 (três mil, cento e cinquenta e três) propostas dentro dos 6 (seis) eixos temáticos estabelecidos para a Conferência. Após trabalho minucioso da equipe para sistematizar as propostas repetidas ou muito semelhantes, o número total diminuiu para 2.487 (dois mil, quatrocentos e oitenta e sete) propostas. Este foi o número de propostas que seriam analisadas e votadas na etapa híbrida da 4ª CEC-SP. Também foi aprovado que o regimento seria lido, efetuadas alterações e aprovado na plenária presencial do dia 18 de dezembro.

Etapa presencial

Memorial da América Latina
18 de dezembro de 2023

MEDIAÇÃO

- Marcelo Henrique de Assis - Secretário Executivo da SCEIC-SP

MESA DE ABERTURA

- Roberta Martins – Representante do MinC – Secretária dos Comitês de Cultura.
- Marcelo Henrique de Assis - Secretário Executivo da SCEIC-SP
- Renata Cabrera de Moraes - Secretária Executiva da Associação de Dirigentes Municipais de Cultura (ADIMC) e Secretária de Cultura, Turismo e Lazer do Município de Jarinu.
- Antonieta Jorge Dertkigil - Representante da Sociedade Civil.
- Alessandro César Araújo Azevedo – Coordenador do Escritório do MinC-SP

Na etapa presencial da Conferência as discussões foram centradas na discussão do regimento. A mesa foi presidida pelo Secretário Executivo da Secretaria da Cultura, Economia e Indústria Criativas do Estado de São Paulo, Marcelo Henrique de Assis, sendo que o método de votações dos(as) delegados(as) foi através de um token disponibilizado no ato do cadastramento.

Com intuito de alterar, validar e aprovar o Regimento norteador da 4ª Conferência Estadual de Cultura, a segunda etapa presencial contou com a participação de delegados(as) apresentando sugestões para o texto final do Regimento.

Os destaques da sessão já haviam sido debatidos na Conferência no modo virtual e desde esta reunião aberto prazo para a efetiva participação da sociedade na construção do Regimento através de um link encaminhado pela Secretaria da Cultura, Economia e Indústria Criativas do Estado de São Paulo, sendo inseridas mais de 20 (vinte) contribuições no texto do Regimento.

Durante a reunião, o Regimento foi constituído de 22 (vinte e dois) artigos, sendo

certo que os artigos 1º, 11, 12 e 18 permaneceram inalterados, a inclusão de 3 (três) novos artigos e a exclusão do artigo 13 que dispunha sobre os delegados natos. Os principais destaques ficaram para a inclusão dos artigos sobre Acessibilidade, Moções e desempate de votação dos eixos por idade.

Acessibilidade

Art. 22 - Considerando que acessibilidade é um conjunto de processos e condições que visam diminuir qualquer tipo de barreira, do corpo e do ambiente, que limita a participação de uma pessoa; será assegurada conforme a ABNT e a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), na íntegra, que os encontros da 4ª Conferência Estadual de Cultura atendam às necessidades de todas as pessoas, independentemente de suas condições físicas, sensoriais ou cognitivas. Para assegurar a participação plena e equânime de todos os cidadãos, garantindo a acessibilidade e inclusão para todas as pessoas.

Moções

Art. 13 – Durante a 4ª Conferência Estadual de Cultura poderão ser apresentadas moções à Comissão Organizadora, por escrito, até a Plenária Final, devendo conter, no mínimo, a identificação de um dos proponentes.

§ 1º - As moções que conseguirem 50 (cinquenta) adesões dos delegados presentes, serão lidas na Plenária Final.

§ 2º - O texto das moções não poderá sofrer alterações na Plenária Final.

§ 3º - Serão consideradas aprovadas as moções que obtiverem o voto da maioria simples dos presentes na Plenária Final.

Desempate por idade

Art. 20 [...]

§6º - O critério de desempate será a idade, dando-se preferência ao candidato de idade mais elevada.

Ao final da etapa presencial, o Regimento foi alterado e provado em Plenária durante a 4ª Conferência de Cultura do Estado de São Paulo, e se encontra disponível no site da Secretaria de Cultura, Economia e Indústria Criativas.

Ao final da etapa presencial, o Regimento Interno foi alterado e aprovado em plenária.

Etapa híbrida

Teatro Sérgio Cardoso
17 e 18 de janeiro de 2024

A terceira e última etapa ocorreu nos dias 17 e 18 de janeiro de 2024, de forma híbrida, no Teatro Sérgio Cardoso, localizado à Rua Rui Barbosa, nº 153, no bairro da Bela Vista, em São Paulo, Capital, contando com a presença de aproximadamente 1.400 (mil e quatrocentos) participantes, sendo 600 (seiscentos) presenciais e 800 (oitocentos) de forma online.

Foram discutidas e debatidas no dia 17 de janeiro de 2024 as propostas enviadas dentro dos eixos estruturantes, de forma simultânea, com a participação efetiva de todos os delegados.

Na plenária geral ocorrida no dia 18 de janeiro de 2024, foram eleitas 28 (vinte e oito) propostas estaduais a serem encaminhadas à Secretaria de Estado da Cultura, Economia e Indústria Criativas, bem como 14 (catorze) propostas de caráter federal a serem encaminhadas à 4ª Conferência Nacional de Cultura. Ao final, foram eleitos os 60 (sessenta) delegados e delegadas representantes do Estado de São Paulo para participarem da etapa Nacional da 4ª Conferência Nacional de Cultura, constituídos de 2/3 de representantes da sociedade civil e 1/3 de representantes do poder público. E por fim, lidas e aprovadas as moções entregues na Conferência Estadual de Cultura.

Debates dos Eixos

Os debates das propostas encaminhadas dentro dos eixos estruturantes ocorreram de forma simultânea, sendo os eixos I, II e III debatidos na parte manhã e os eixos 4,5 e 6 debatidos no período da tarde do dia 17 de janeiro.

Os temas debatidos dentro dos eixos, constantes no Documento Base do Ministério da Cultura foram: Eixo I – Institucionalização, Marcos Legais e Sistema Nacional de Cultura, Eixo II – Democratização do Acesso à Cultura e Participação Social, Eixo III – Identidade, Patrimônio e Memória, Eixo IV – Diversidade Cultural e Transversalidades de Gênero, Raça e Acessibilidade na Política Cultural,

Eixo V – Economia Criativa, Trabalho, Renda e Sustentabilidade, e por último, o Eixo VI – Direito às Artes e Linguagens Digitais.

Os debates dentro dos eixos foram conduzidos por mediadores em cada eixo, e acompanhados por Fábio (Binho) Riani Perinotto, Alessandro César Araújo Azevedo e Déborah Lobo, representantes do Ministério da Cultura (MinC); André Abib, Elisabete Mitiko Watanabe, Marcelo Henrique de Assis e Letícia Stamatopoulos, representantes da Secretaria de Estado da Cultura, Economia e Indústria Criativa e Antonieta Jorge Dertkigil, representante da sociedade civil.

Eixo I – Institucionalização, marcos legais e Sistema Nacional de Cultura

MEDIADORES

- Ivan Montanari
- André Abib – SCEIC - SP
- Fabio (Binho) Perinotto – Ministério da Cultura

LOCAL

- Sala Nydia Lícia do Teatro Sergio Cardoso

Com o tema Institucionalização, Marcos Legais e Sistema Nacional de Cultura, o objetivo central deste eixo foi o debate acerca do progresso na institucionalização da cultura, diante da necessidade de debater os marcos e instrumentos legais que contribuem com o amadurecimento de políticas culturais brasileiras, a fim de combater a descontinuidade e a pouca institucionalização das políticas culturais.

A pergunta geradora constante no Documento Base do MINC para o envio de propostas foi: Quais ações são necessárias para fortalecer e garantir a continuidade das políticas culturais?

Ao final das 149 (cento e quarenta e nove) conferências municipais e 10 (dez) conferências intermunicipais foram geradas e encaminhadas um total de 581 (quinhentas e oitenta e uma) propostas relativas ao Eixo I. Após análise das propostas por integrantes da Comissão Organizadora, foram elencados os temas mais recorrentes no eixo e a partir daí, agrupadas por subtemas a fim de facilitar os debates e viabilizar o processo de encaminhamento de propostas à Plenária Geral:

- I - Participação da sociedade;
- II – Sistema Estadual de Cultura;
- III – Capacitação e formação cultural;
- IV – Financiamento, transferência e descentralização de recursos;
- V – Fomento e ampliação do acesso à cultura;
- VI – Execução de políticas públicas culturais e assistenciais; e
- VII – Regulamentação de normas.

Nos debates, os participantes foram divididos em 4 (quatro) subgrupos presenciais e 3 (três) subgrupos virtuais para discussão de até 8 (oito) propostas estaduais e 4 (quatro) propostas federais para apresentação ao grupo geral e posterior encaminhamento à Plenária Final.

Ao final das discussões as propostas foram apresentadas pelos respectivos subgrupos, discutidas e votadas, e foram encaminhadas à Plenária Geral o total de 12 (doze) propostas, sendo 8 (oito) propostas estaduais e 4 (quatro) propostas federais.

Eixo II – Democratização do acesso à cultura e participação social

MEDIADOR

- Vinicius Bernardo

REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO

- Alessandro César Araújo Azevedo – Ministério da Cultura
- Letícia Stamatopoulos – SCEIC-SP
- Antonieta Jorge Dertkigil – Sociedade Civil

LOCAL

- Sala Mezanino

Com o tema Democratização do Acesso à Cultura e Participação Social, o objetivo

central deste eixo foi o debate acerca da democratização do acesso à cultura e participação social, que teve por objetivo o diálogo para reforçar a participação da sociedade como força motriz da democracia, valorizando o protagonismo da sociedade civil nas políticas públicas, seja para elaborar, acompanhar e no controle social de referidas políticas.

A pergunta geradora constante no Documento Base do MINC para o envio de propostas foi: Que mudanças são necessárias à ampliação e consolidação de mecanismos de participação social na Cultura?

Ao final das 149 (cento e quarenta e nove) conferências municipais e 10 (dez) conferências intermunicipais foram geradas e encaminhadas um total de 564 (quinhentas e sessenta e quatro) propostas relativas ao Eixo II. Após análise das propostas por integrantes da Comissão Organizadora, foram elencados os temas mais recorrentes no eixo e a partir daí, agrupadas por subtemas a fim de facilitar os debates e viabilizar o processo de encaminhamento de propostas à Plenária Geral:

I - Acessibilidade;

II – Ações afirmativas;

III – Cultura tradicional;

IV – Atuação em rede, benefícios sociais, comunicação e mapeamento;

V – Formação, capacitação e educação;

VI – Ampliação de projetos e editais;

VII – Participação social;

VIII – Equipamentos culturais e uso de espaço;

IX – Descentralização de ações culturais, políticas públicas e democratização.

Nos debates, os participantes foram divididos em 3 (três) subgrupos presenciais e 1 (um) subgrupo virtual para discussão de até 8 (oito) propostas estaduais e 4 (quatro) propostas federais para apresentação ao grupo geral e posterior encaminhamento à Plenária Final.

Ao final das discussões as propostas foram apresentadas pelos respectivos subgrupos, discutidas e votadas, e foram encaminhadas à Plenária Geral o total de 12 (doze) propostas, sendo 8 (oito) propostas estaduais e 4 (quatro) propostas federais.

Eixo III – Identidade, patrimônio e memória.

MEDIADOR

- Mayla Carolina Andrade

REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO

- Débora Lobo – Ministério da Cultura;
- Elisabete Mitiko Watanabe – SCEIC-SP.

LOCAL

- Sala Paschoal Carlos Magno

Com o tema Identidade, Patrimônio e Memória, o objetivo central deste eixo foi a valorização das múltiplas identidades que constituem a sociedade brasileira, assim como os bens culturais expressivos da diversidade étnica, regional e socioeconômica e as narrativas silenciadas e sensíveis da história nacional, para contribuir para a preservação de seus valores democráticos.

A pergunta geradora constante no Documento Base do MINC para o envio de propostas foi: De que forma a sociedade brasileira pretende garantir o direito à memória e aos bens culturais das populações que tiveram suas vozes apagadas, omitidas, desprezadas e preteridas na história oficial do país?

Ao final das 149 (cento e quarenta e nove) conferências municipais e 10 (dez) conferências intermunicipais foram geradas e encaminhadas um total de 529 (quinhentas e vinte e nove) propostas relativas ao Eixo III. Após análise das propostas por integrantes da Comissão Organizadora, foram elencados os temas mais recorrentes no eixo e a partir daí, agrupadas por subtemas a fim de facilitar os debates e viabilizar o processo de encaminhamento de propostas à Plenária Geral:

- I – Acervo;
- II - Ações de profissionalização;
- III - Conselhos de Patrimônio;
- IV - Editais / recursos;
- V - Educação - memória e patrimônio;
- VI - Memória e Identidade;
- VII- Patrimônio;
- VIII - Tombamento / preservação.

Nos debates, os participantes foram divididos em 5 (cinco) subgrupos presenciais e 2 (dois) subgrupos virtuais para discussão de até 8 (oito) propostas estaduais e 4 (quatro) propostas federais para apresentação ao grupo geral e posterior encaminhamento à Plenária Geral.

Ao final das discussões as propostas foram apresentadas pelos respectivos subgrupos, discutidas e votadas, e foram encaminhadas à Plenária Geral o total de 12 (doze) propostas, sendo 8 (oito) propostas estaduais e 4 (quatro) propostas federais.

Eixo IV – Diversidade cultural e transversalidades de gênero, raça e acessibilidade na política cultural

MEDIADOR

- Vinicius Bernardo

REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO

- Alessandro Azevedo - Ministério da Cultura;
- Marcelo Henrique de Assis – SCEIC SP

LOCAL

- Sala Nydia Lícia

Com o tema Diversidade Cultural e Transversalidades de Gênero, Raça e Acessibilidade na Política Cultural, objetivo central deste eixo foi a criação de mecanismos que garantissem o reconhecimento da diversidade das expressões culturais, valorização e promoção de identidades dos territórios culturais brasileiros; além de promover diversidades e garantia de direitos, fazendo enfrentamento ao racismo e a LGBTQIA+fobia, ao genocídio da população negra, ao extermínio de povos indígenas, ao feminicídio, racismo religioso, estigmas contra comunidades ciganas e todas as formas de discriminações correlatas, bem como a e a construção da acessibilidade na política cultural.

A pergunta geradora constante no Documento Base do MinC para o envio de propostas foi: Quais ações podemos adotar para garantir a promoção e proteção da diversidade cultural e os direitos reconhecendo as diferenças, desigualdades e relações de poder entre sujeitos, grupos e territórios da sociedade brasileira contribuindo para a construção de uma cultura democrática?

Ao final das 149 (cento e quarenta e nove) conferências municipais e 10 (dez) conferências intermunicipais foram geradas e encaminhadas um total de 532 (quinhentas e trinta e duas) propostas relativas ao Eixo IV. Após análise das propostas por integrantes da Comissão Organizadora, foram elencados os temas mais recorrentes no eixo e a partir daí, agrupadas por subtemas a fim de facilitar os debates e viabilizar o processo de encaminhamento de propostas à Plenária Geral:

I - Acessibilidade;

II - Ações afirmativas;

III - Editais/recursos;

IV - Formação;

V - Inclusão e diversidade;

VI - Legislação;

VII - Mapeamento, participação e representatividade;

VIII - Programação cultural.

Nos debates, os participantes foram divididos em 4 (quatro) subgrupos presenciais e 1 (um) subgrupo virtual para discussão de até 8 (oito) propostas estaduais e 4 (quatro) propostas federais para apresentação ao grupo geral e posterior encaminhamento à Plenária Geral.

Ao final das discussões as propostas foram apresentadas pelos respectivos subgrupos, discutidas e votadas, e foram encaminhadas à Plenária Geral o total de 12 (doze) propostas, sendo 8 (oito) propostas estaduais e 4 (quatro) propostas federais.

Eixo V: Economia criativa, trabalho, renda e sustentabilidade.

MEDIADOR

- Ivan Montanari

REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO

- Fabio (Binho) Perinotto – Ministério da Cultura

LOCAL

- Sala Mezanino

Com o tema Economia Criativa, Trabalho, Renda e Sustentabilidade, o objetivo central foi ressaltar a importância da cultura para o desenvolvimento socioeconômico do país, por meio de políticas fortalecedoras das cadeias produtivas e das expressões artísticas e culturais, a potencialização da geração de trabalho, emprego e renda, e ampliação da participação dos setores culturais e criativos no PIB do país.

A pergunta geradora constante no Documento Base do MinC para o envio de propostas foi: Que políticas públicas podem colaborar de forma eficiente para o fortalecimento das cadeias produtivas e dos trabalhadores da cultura?

Ao final das 149 (cento e quarenta e nove) conferências municipais e 10 (dez) conferências intermunicipais foram geradas e encaminhadas um total de 529 (quinhentas e vinte e nove) propostas relativas ao Eixo V. Após análise das

propostas por integrantes da Comissão Organizadora, foram elencados os temas mais recorrentes no eixo e a partir daí, agrupadas por subtemas a fim de facilitar os debates e viabilizar o processo de encaminhamento de propostas à Plenária Geral:

I – Capacitação e formação;

II- Editais e Leis de fomento;

III- Recursos, financiamento e incentivos fiscais;

IV – Parcerias público-privadas e investimento do setor privado;

V – Apoio a empreendedores culturais e a economia criativa;

VI – Direitos trabalhistas e regulamentação da profissão;

VII – Apoio a espaços culturais independentes, valorização de espaços compartilhados e intercâmbio cultural;

Nos debates, os participantes foram divididos em 3 (três) subgrupos presenciais e 1 (um) subgrupo virtual para discussão de até 8 (oito) propostas estaduais e 4 (quatro) propostas federais para apresentação ao grupo geral e posterior encaminhamento à Plenária Final.

Ao final das discussões as propostas foram apresentadas pelos respectivos subgrupos, discutidas e votadas, e foram encaminhadas à Plenária Geral o total de 12 (doze) propostas, sendo 8 (oito) propostas estaduais e 4 (quatro) propostas federais.

Eixo VI: Direito às artes e linguagens digitais

MEDIADOR

- Luiz Felipe Oliveira

REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO

- Déborah Lobo – Ministério da Cultura;
- Elisabete Mitiko Watanabe – SCEIC-SP

LOCAL

- Sala Paschoal Carlos Magno

Com o tema Direito às artes e linguagens digitais, o objetivo central foi a criação de espaços de construção coletiva e diálogos sobre o papel das artes em suas diversidades de fazeres, territórios e agentes, e do acesso às linguagens artísticas e digitais no fortalecimento da democracia na contemporaneidade. Debatendo ainda, acerca do papel do Estado brasileiro e entes federados na construção de políticas públicas para o desenvolvimento das redes produtivas dos setores das artes no Brasil.

A pergunta geradora constante no Documento Base do MINC para o envio de propostas foi: Como podemos criar espaços de diálogo de desenvolvimento das redes produtivas das artes na ampliação da produção, difusão e fruição das linguagens artísticas em sua diversidade de fazeres, territórios e agentes? Como garantir o desenvolvimento das redes produtivas digitais das artes no caminho da contínua evolução e ampliação do acesso às linguagens artísticas em sua diversidade de fazeres, territórios e agentes.

Ao final das 149 (cento e quarenta e nove) conferências municipais e 10 (dez) conferências intermunicipais foram geradas e encaminhadas um total de 483 (quatrocentas e oitenta e três) propostas relativas ao Eixo VI^[11]. Após análise das propostas por integrantes da Comissão Organizadora, as propostas foram sintetizadas a fim de facilitar os debates e viabilizar o processo de encaminhamento de propostas à Plenária Geral:

- 1) Acervo, a digitalização para a preservação do patrimônio cultural.**
- 2) Acessibilidade e aqui falamos em eventos, cursos, informações e tudo relacionada a arte digital.**
- 3) Criação de espaços – Casas Digitais, Museus, Espaços para artes etc.**
- 4) Acesso a espaço multimídia, que garantiria internet e linguagens digitais.**
- 5) Fomento: Estímulos aos trabalhos com artes digitais nas escolas.**
- 6) Identificar, valorizar e promover o intercâmbio de produção artística no estado.**
- 7) Legislação: direitos previdenciários aos artistas e fazedores de cultura.**

- 8)** Direitos autorais, pensando em uma legislação que proteja os artistas considerando IA.
- 9)** Criação de um portal interativo ao nível nacional que integre todos os bancos de dados de mapeamentos culturais dos estados.
- 10)** Criação de uma plataforma digital, rede social que reúna o conteúdo e tenha espaço para *lives*.
- 11)** Orçamento, incentivo, recursos e investimentos em artes digitais, para designers, e profissionais do mercado.
- 12)** Eventos e exposições de música, artes digitais, e manifestações artísticas.
- 13)** Piso orçamentário de até 2% (dois por cento) destinado ao setor cultural.
- 14)** Descentralização de recurso do eixo Rio – São Paulo.
- 15)** Criação de cursos voltando para capacitação em toda linguagem de arte digital.

Nos debates, os participantes foram divididos em 2 (dois) subgrupos presenciais e 1 (um) subgrupo virtual para discussão de até 8 (oito) propostas estaduais e 4 (quatro) propostas federais para apresentação ao grupo geral e posterior encaminhamento à Plenária Final.

Ao final das discussões as propostas foram apresentadas pelos respectivos subgrupos, discutidas e votadas, e foram encaminhadas à Plenária Geral o total de 12 (doze) propostas, sendo 8 (oito) propostas estaduais e 4 (quatro) propostas federais.

Plenária Final

18 de janeiro de 2024

MEDIADOR(ES)

- Ivan Montanari
- Luiz Felipe Oliveira

REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO

- Fábio (Binho) Perinotto - Coordenador Geral na Diretoria de Assistência Técnica a Estados, Distrito Federal e Municípios, da Secretaria dos Comitês de Cultura – Ministério da Cultura (MinC);
- Alessandro César Araújo Azevedo - Coordenador do Escritório Estadual do MinC
- Marcelo Henrique de Assis - Secretário Executivo da Secretaria de Cultura, Economia e Indústria Criativas.
- Renata Cabrera - Secretária Executiva da Associação de Dirigentes Municipais de Cultura (ADIMC) e Secretária de Cultura, Turismo e Lazer do Município de Jarinu.
- Antonieta Jorge Dertkigil - Representante da Sociedade Civil

LOCAL

- Sala Nydia Lícia

Da votação das propostas estaduais e federais

Em conformidade com o regimento foram eleitas o total de 42 (quarenta e duas) propostas para encaminhamento à Secretaria da Cultura, Educação e Indústrias Criativas e a etapa nacional da 4ª Conferência Nacional de Cultura, sendo:

- 4 (quatro) propostas prioritárias estaduais;
- 2 (duas) propostas prioritárias federais;
- 24 (vinte e quatro) propostas estaduais dentro dos eixos (4 propostas por eixo);
- 12 (doze) propostas federais dentro dos eixos (2 propostas por eixo)

PROPOSTAS PRIORITÁRIAS ESTADUAIS

Conforme Artigo 10º do Regimento da Conferência foram eleitas quatro propostas prioritárias para encaminhamento à Secretaria de Estado da Cultura, Economia e Indústria Criativas, independentemente do eixo.

Propostas prioritárias estaduais

EIXO I - Proposta 01 – 283 (duzentos e oitenta e três) votos

EIXO V - Proposta 04 – 282 (duzentos e oitenta e dois) votos

EIXO I - Proposta 04 – 256 (duzentos e cinquenta e seis) votos

EIXO IV - Proposta 06 – 229 (duzentos e vinte e nove) votos

Os destaques para alteração na redação do texto foram apresentados em Plenária, e os textos finais das quatro (04) propostas estaduais prioritárias eleitas são:

PROPOSTAS PRIORITÁRIAS ESTADUAIS

EIXO I - INSTITUCIONALIZAÇÃO, MARCOS LEGAIS E SISTEMA NACIONAL DE CULTURA

Proposta 01 - 283 votos

Rever e implantar o Sistema Estadual de Cultura com conselho composto através de eleição direta sendo deliberativo, fiscalizador, normativo e consultivo. Com representação tripartite, composta de 15% (quinze por cento) de representantes do Estado, 15% (quinze por cento) de representantes das gestões municipais e 70% (setenta por cento) de representantes da sociedade civil, cabendo a representação ser regionalizada (todas as regiões do Estado), com, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) de participação de pessoas físicas de fora da capital e atenção à representação de municípios de diferentes portes com mesa diretora exclusiva da sociedade civil e com um máximo de dois mandatos consecutivos. Criar e efetivar o Plano Estadual de Cultura de forma democrática através de audiências públicas, encontros temáticos descentralizados pelas regiões do Estado e da capital e implementar o Fundo Estadual de Cultura, o sistema de informação, indicadores culturais e mapeamento territorial para todos os municípios. Alinhados às diretrizes do Sistema Nacional de Cultura.

EIXO V - ECONOMIA CRIATIVA, TRABALHO, RENDA E SUSTENTABILIDADE

Proposta 04 - 282 votos

Reestruturar os PROAC's editais, com ampla discussão com os trabalhadores da cultura, com orçamento a partir de 500 (quinhentos) milhões de reais, corrigidos anualmente pelo IPCA, ou outro índice inflacionário que venha substituí-lo, além de criação de outras formas de fomentos para além dos editais.

EIXO I INSTITUCIONALIZAÇÃO, MARCOS LEGAIS E SISTEMA NACIONAL DE CULTURA

Proposta 04 - 256 votos

Garantir o mínimo de 3% (três por cento) do orçamento total do Estado para a Cultura, sendo 1% (um por cento) para o orçamento da Secretaria de Cultura, Economia e Indústrias Criativas e 2% (dois por cento) para o Fundo Estadual de Cultura a ser dividido entre: 1% (um por cento) para políticas aprovadas e deliberadas pelo Conselho Estadual de Política Cultural, previstas no Plano Estadual de Cultura e 1% (um por cento) para repasse para Fundos Municipais de Cultura.

Estabelecer a previsão de que pelo menos 50% (cinquenta por cento) dos recursos do Estado - anualmente aplicados no Fomento e nas parcerias com organizações sociais de Cultura - sejam executados em ações realizadas fora da capital, em diálogo com as gestões e conselhos municipais, com proponentes e profissionais capacitados e contratados em nível local, atuando com diversidade de públicos e atenção às periferias municipais, inclusive com recursos estaduais para construção, reforma e requalificação de espaços de arte e cultura vinculados ao poder público, pontos de cultura e associações independentes.

EIXO IV - DIVERSIDADE CULTURAL E TRANSVERSALIDADES DE GÊNERO, RAÇA E ACESSIBILIDADE NA POLÍTICA CULTURAL

Proposta 06 - 229 votos

Tornar efetiva a lei de cultura e arte afro-brasileira e indígena nas escolas, de forma transversal com as Secretarias de Educação Estadual e Municipal, em especial atenção às leis federais nº 10.639/2003 e 11.645/2008, por meio de um programa educacional e cultural que contrate artistas, griôs, mestres, mestras e fazedores de cultura dos povos pretos e indígenas, durante todo o ano letivo.

Garantir a acessibilidade necessária de acordo com a especificidade de cada pessoa envolvida (docentes, discentes e arte educadores) assegurada pela Lei 13.146/2015, cumprindo a lei 12.288/2010, de 20 de julho de 2010, que institui o estatuto da igualdade racial.

PROPOSTAS PRIORITÁRIAS FEDERAIS

Conforme Artigo 11º do regimento foram eleitas duas propostas prioritárias federais para encaminhamento à etapa nacional da 4ª Conferência Nacional de Cultura, independentemente do eixo.

EIXO V - Proposta 02 - 295 (duzentos e noventa e cinco) votos

EIXO I - Proposta 03 – 248 (duzentos e quarenta e oito) votos

Os destaques para alteração na redação do texto foram apresentados em Plenária, e os textos finais das duas propostas federais prioritárias eleitas são:

EIXO V - ECONOMIA CRIATIVA, TRABALHO, RENDA E SUSTENTABILIDADE

Proposta 02 - 295 votos

Institucionalizar direitos trabalhistas para os trabalhadores da cultura com regime previdenciário específico, à exemplo do modelo para os trabalhadores rurais, reconhecendo as diversas formas de trabalho artístico, técnico e cultural, com suas especificidades como a itinerância, o desgaste físico e as atividades de alto risco. Para isso, deve ser feito diálogo com o setor sindical e o cooperativismo, considerando a necessidade de intervenções na Lei 6533/1978 e na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), bem como a necessidade de atualização da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAEs) relativo ao setor cultural para atuação como Microempreendedor Individual (MEI).

EIXO I - INSTITUCIONALIZAÇÃO, MARCOS LEGAIS E SISTEMA NACIONAL DE CULTURA

Proposta 03 - 248 votos

Garantir o mínimo de 3% do orçamento total da federação para a Cultura, sendo 1% (um por cento) para o orçamento geral do Ministério da Cultura e 2% (dois por cento) para o Fundo Nacional de Cultura, cuja destinação deverá ser feita da seguinte forma: 1% (um por cento) para políticas aprovadas e deliberadas pelo Conselho Nacional de Política Cultural, previstas no Plano Nacional de Cultura, e 1% (um por cento) para repasse para Fundos Estaduais e Municipais de Cultura.

PROPOSTAS ESTADUAIS POR EIXO

Conforme artigo 10º do regimento, parágrafo segundo, ao final da etapa híbrida foram eleitas quatro propostas por eixo para encaminhamento à Secretaria de Estado da Cultura, Economia e Indústria Criativas.

EIXO I

Proposta 08 – 172 votos

Proposta 03 – 169 votos

Proposta 06 – 167 votos

Proposta 02 – 132 votos

EIXO II

Proposta 08 – 225 votos

Proposta 07 – 216 votos

Proposta 02 – 165 votos

Proposta 05 – 154 votos

EIXO III

Proposta 01 – 193 votos

Proposta 06 – 181 votos

Proposta 03 – 178 votos

Proposta 04 – 147 votos

EIXO IV

Proposta 08 – 197 votos

Proposta 01 – 195 votos

Proposta 04 – 159 votos

Proposta 02 – 152 votos

EIXO V

Proposta 01 – 203 votos

Proposta 03 – 195 votos

Proposta 05 – 168 votos

Proposta 08 – 153 votos

EIXO VI

Proposta 01 – 154 votos

Proposta 07 – 142 votos

Proposta 06 – 141 votos

Proposta 08 – 138 votos

Os destaques para alteração na redação do texto foram apresentados em Plenária, e os textos finais das quatro propostas estaduais mais votadas dentro dos eixos estruturantes são:

EIXO I - INSTITUCIONALIZAÇÃO, MARCOS LEGAIS E SISTEMA NACIONAL DE CULTURA

Proposta 08 - 172 votos

Instituir em lei e implementar o Sistema Estadual de Informações e Indicadores Culturais, integrado entre municípios e ao Sistema Nacional de Indicadores, sendo atualizado periodicamente, respeitando as definições de dados abertos, mapeamento colaborativo e definições de transparência de governo, mapeamento e cadastro de agentes e coletividades e com monitoramento das políticas culturais do estado de São Paulo; bem como a criação de observatórios públicos de cultura, com participação da sociedade civil, sendo estes norteadores na construção das políticas públicas.

Proposta 03 - 169 votos

Elaborar, aprovar e implementar a lei que institui a Política Estadual Cultura Viva de São Paulo, com recursos do tesouro estadual, contribuindo para a efetivação do Sistema Estadual de Cultura participativo e visando atingir as metas do Plano Nacional de Cultura, para que o estado de São Paulo possa ter pelo menos 5.000 (cinco mil) Pontos de Cultura (PdC), com o mínimo de 1 (um) PdC em cada um dos 645 (seiscentos e quarenta e cinco) municípios.

Proposta 06 - 167 votos

Elaborar o Sistema de Financiamento à Cultura do estado de São Paulo, contemplando o orçamento (LOA, LDO e PPA), os fomentos e Fundo Estadual de Cultura, bem como a retomada do ProAC Municípios e criação do ProAC Regionais (extinto ProAC Ações Locais) com distribuição equânime pelas 15 (quinze) Regiões Administrativas (RAs) do estado e a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) e entre as linguagens artístico-culturais, com orçamento de 2 (dois) a 5 (cinco) milhões para cada regional.

Proposta 02 - 132 votos

Instituir a representação regional da Secretaria Estadual de Cultura em cada uma das 15 (quinze) Regiões Administrativas (RAs) e da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), sendo ao menos uma por região, em cidades descentralizadas, buscando uma regionalização da gestão das políticas culturais, investimentos e apoio técnico, visando a criação de sistemas municipais e legislações para cultura e formação de gestores, conselheiros de cultura e agentes culturais, com orçamento próprio.

EIXO II - DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À CULTURA E PARTICIPAÇÃO SOCIALProposta 08 - 225 votos

Elaborar uma Política Estadual de Cultura Regionalizada e a regionalização dos programas já existentes, para todos os segmentos culturais, que preveja ações de fomento, formação e fruição, incluindo criação de instrumentos de fomento, distribuição e desconcentração de recursos humanos, orçamentários e estruturais, por todas as 15 (quinze) Regiões Administrativas (RAs) e Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) e seus municípios, com protagonismo dos agentes locais, priorizando projetos de pequeno e médio porte e com a possibilidade das regiões criarem seus próprios mecanismos, contemplando as suas especificidades e diversidade. Os programas devem promover o intercâmbio de ações culturais entre os municípios e conectar os artistas regionais através de intercâmbios culturais.

Proposta 07 - 216 votos

Elaborar e implementar política de distribuição de recursos, por meio de um fundo anual para a ocupação, construção e manutenção de espaços e equipamentos públicos para atividades e acervos culturais, promovidos por agentes dos municípios, sejam eles já existentes (como teatros, galerias e demais espaços culturais municipais) ou adquiridos, podendo ser espaços abertos (como praças, parques, guias, etc) ou fechados (como vias, casas e prédios com finalidade específica), além de possibilitar ocupações de locais públicos ociosos do município, estado e União, por meio de regulamentações, sistema de agendamento ou editais de ocupação com processos unificados e desburocratizados, promovendo amplo acesso à liberdade de expressão das manifestações artístico-culturais, com o

objetivo de garantir a realização de atividades culturais populares, tais como saraus, slams, batalhas de rima e a cultura Hip-Hop com seus quatro elementos: Break, Graffiti, MC e DJ, entre outros modos de expressões tradicionais, urbanas e periféricas.

Proposta 02 - 165 votos

Elaborar políticas afirmativas e promover políticas regionalizadas para a indução de subsídios e apoio financeiro à equidade étnica, cultural e de gênero, com a retomada da Secretaria de Políticas de Promoção para a Igualdade Racial (SEPPIR) e o fortalecimento da Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SEDPcD), garantindo realização de ações de combate à discriminação racial e contra a população LGBTQIAPN+, Povos e Comunidades Tradicionais, pessoas com deficiência, mães solo, imigrantes e refugiados, com implementação nos municípios e priorizando o interior e litoral do estado de São Paulo, mas por meio da criação de programas que valorizem as mais diversas expressões, tais como as culturas indígena, caiçara, cigana, periférica, afro-brasileira, quilombola e imigrante, entre outras, com temas que fortaleçam a memória coletiva.

Proposta 05 - 154 votos

Garantir a efetiva democratização de recursos, não somente em editais, como também com o incentivo de novas políticas e programas de financiamento mais acessíveis e simplificados, desde o processo de inscrição até a prestação de contas, implementando um sistema de cotas para todas as 15 (quinze) Regiões Administrativas (RAs) e Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), priorizando o interior profundo e o litoral.

EIXO III - IDENTIDADE, PATRIMÔNIO E MEMÓRIA

Proposta 01 - 193 votos

Elaborar ações de capacitação integradas e contínuas em políticas de preservação do patrimônio para gestores municipais, conselheiros, técnicos e trabalhadores da cultura, com ênfase na compreensão de conceitos e da aplicação das leis e instruções normativas de órgãos ligados à preservação (IPHAN, CONDEPHAAT, dentre outras autarquias ligadas ao patrimônio, assim como outras instituições

como SISEM, FUNAI, SISEB, SUTACO, dentre outros); criação de um sistema de credenciamento de profissionais especializados; difusão dos programas oferecidos pelos órgãos de preservação e cultura. A implementação dos itens elencados na proposta (formação, credenciamento e difusão) deve ter como objetivo comunicar e fomentar ações de preservação em nível local e regional, assim como a formação para a participação em editais de fomento e intercâmbios a gestores municipais, conselheiros, técnicos e agentes e trabalhadores da cultura.

Proposta 06 - 181 votos

Elaborar políticas públicas que promovam a destinação de novos usos aos bens imóveis tombados desocupados e/ou abandonados, desenvolvendo ações para que esses bens contem suas histórias, estabelecendo instrumentos de estímulo à preservação cultural dos bens patrimoniais como por exemplo, isenção e incentivo fiscal, promovendo a valorização de territórios culturais e históricos.

Proposta 03 - 178 votos

Ampliar e diversificar ações de fomento para patrimônios culturais em suas diversas manifestações, situação de risco, materiais e imateriais, com o intuito de salvaguardar a memória e identidade, seja por meio de editais, emendas, leis de incentivo, convênios, entre outras modalidades, com prioridade para as regiões marginalizadas pela tradição de promoção de políticas públicas de preservação patrimonial das autarquias de preservação.

Proposta 04 - 147 votos

Instituir políticas públicas de fomento à educação patrimonial, com foco no aprimoramento de professores, e na inserção de mestres do saber, contadores de histórias, cantantes, artesãos e fazedores de cultura popular, viabilizando o contato direto dos mesmos com esses espaços de educação formal e não-formal.

EIXO IV - DIVERSIDADE CULTURAL E TRANSVERSALIDADES DE GÊNERO, RAÇA E ACESSIBILIDADE NA POLÍTICA CULTURAL

Proposta 08 - 197 votos

Destinar verba, criar e/ou implementar norma existente para o resgate, manutenção,

preservação e promoção das expressões culturais artísticas e populares, considerando a diversidade paulista, por meio de ações/projetos, programas permanentes, contemplando indígenas, artistas circenses, nômades, culturas de matrizes africanas, ciganos, povos originários e quilombolas, LGBTQIAPN+, Arte Drag Queen, Ballroom, Dança Voguing, caixaras, caipiras, Hip-Hop, Batalhas de Rimas, Slam, Funk, pessoas com deficiência, culturas periféricas e marginalizadas, entre outras.

Proposta 01 - 195 votos

Fomentar e garantir que sejam cumpridas todas as condições de acessibilidade nos espaços de finalidade pública destinados à cultura, nos eventos, projetos, programas e políticas culturais existentes ou a serem criadas, seguindo as leis regulamentadoras como a LBI e ABNT, através da criação de mecanismo de estímulo, orientação e fiscalização, como prêmios e selos de certificação de efetivação das leis e abertura de concurso e processos seletivos para contratação de equipe especializada para prestação de serviço adequada, com cotas destinadas exclusivamente à profissionais com deficiência.

Proposta 04 - 159 votos

Desenvolver programas que promovam a diversidade com a igualdade de gênero, acessibilidade em todas as atividades culturais, e diversidade racial, criando e implementando a Política Estadual de Memória e Preservação das Culturas indígenas, quilombolas e da afro diáspora no Estado de São Paulo. Com apoio aos projetos sobre periferia, comunidades tradicionais, comunidade LGBTQIAPN+, agricultura familiar, educação popular e de qualidade e direito das mulheres.

Proposta 02 - 152 votos

Criar mecanismos para estimular a produção, difusão e distribuição de materiais audiovisuais, bibliográficos, educativos/informativos e outras produções culturais que abordem a presença das mulheres na história e na cultura, considerando as dimensões étnico-raciais, de orientação sexual, de identidade de gênero, geracionais e das mulheres com deficiência.

EIXO V - ECONOMIA CRIATIVA, TRABALHO, RENDA E SUSTENTABILIDADEProposta 01 - 203 votos

Garantir no mínimo 10% (dez por cento) das emendas impositivas de deputados estaduais/federais para ações culturais no estado investidas de forma equânime e descentralizada pelas 15 (quinze) Regiões Administrativas (RAs) e Região Metropolitana de São Paulo (RMSP).

Proposta 03 - 195 votos

Criar cursos técnicos e superiores voltados para as artes e a cultura, nas ETECs e FATECs, em todas as 15 (quinze) Regiões Administrativas (RAs) e Região Metropolitana de São Paulo.

Proposta 05 - 168 votos

Desburocratizar os mecanismos de fomento, de fomento, garantindo e incentivando a participação popular no orçamento, baseada nas novas legislações das leis emergenciais e decretos, tendo como referência a Lei Paulo Gustavo, o Decreto Nacional de Fomento e o Projeto de Lei nº 3905/2021 (Marco Regulatório do Fomento à Cultura).

Proposta 08 - 153 votos

Expandir as atividades da Secretaria da Cultura, Economia e Indústria Criativas para além da economia criativa, incluindo a economia solidária e circular, bem como a sua mudança de nomenclatura para Secretaria das Culturas

EIXO VI - DIREITO ÀS ARTES E LINGUAGENS DIGITAISProposta 01 - 154 votos

Elaborar mecanismos permanentes e acessíveis para a criação de acervos digitais nas suas mais diversas tecnologias e linguagens, tais como digitalização de documentos históricos e registros de manifestações culturais para preservação da memória cultural.

Proposta 07 - 142 votos

Garantir a capacitação em serviços ligados às Artes e Linguagens Digitais dos profissionais que atuam nos equipamentos de arte e cultura nos municípios, por meio de programas de formação continuada.

Proposta 06 - 141 votos

Fomentar a criação e manutenção de cursos formais e não formais, de qualificação de profissionais para atuação nas áreas artísticas, técnicas e de gestão cultural, com ênfase em economia criativa e linguagem digital.

Proposta 08 - 138 votos

Assegurar a participação das secretarias municipais e estadual de cultura junto à Secretaria Estadual de Educação, nas definições relacionadas à oferta de formações e vivências artísticas e culturais nas escolas de período integral no contraturno escolar.

PROPOSTAS FEDERAIS POR EIXO

Conforme Artigo 11 do Regimento, parágrafo segundo, ao final da etapa híbrida foram eleitas 2 (duas) propostas por eixo para encaminhamento à etapa nacional da 4ª Conferência Nacional de Cultura.

EIXO I

Proposta 02 - 218 votos

Proposta 01 - 190 votos

EIXO II

Proposta 03 - 218 votos

Proposta 04 - 217 votos

EIXO III

Proposta 01 - 202 votos

Proposta 03 - 196 votos

EIXO IV

Proposta 02 - 211 votos

Proposta 04 - 204 votos

EIXO V

Proposta 03 - 205 votos

Proposta 01 - 157 votos

EIXO VI

Proposta 04 - 192 votos

Proposta 01 - 146 votos

Os destaques para alteração na redação do texto foram apresentados em Plenária, e os textos finais das 2 (duas) propostas federais mais votadas dentro dos eixos estruturantes são:

EIXO I - INSTITUCIONALIZAÇÃO, MARCOS LEGAIS E SISTEMA NACIONAL DE CULTURA

Proposta 02 - 218 votos

Regulamentar e efetivar o Sistema Nacional de Cultura, respeitando os marcos legais e levando em consideração estatutos já existentes como o da Pessoa Idosa, da Igualdade Racial, da Criança e do Adolescente (ECA), da Juventude, da Pessoa com Deficiência (LBI), e Lei Orgânica da Assistência Social, bem como outros que vierem a ser criados, a exemplo do Estatuto da Diversidade Sexual e de Gênero (PLS 134/2018).

Proposta 01 - 190 votos

Criar o Sistema de Previdência Especial para Trabalhadores da Cultura, um regime previdenciário especial, na garantia da seguridade social para os trabalhadores culturais, artísticos e técnicos, considerando as especificidades de cada segmento de atuação, assim como já acontece com as categorias de trabalhadores catadores, pescadores, empregadas domésticas, entre outras.

EIXO II - DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À CULTURA E PARTICIPAÇÃO SOCIALProposta 03 - 218 votos

Realizar o mapeamento e um cadastro nacional de fazedores de cultura, por meio de Censo Cultural, utilizando todos os meios disponíveis para acessar os mais diversos agentes, através de busca ativa, visando a promoção de ações para o setor, a consulta de informações e o intercâmbio entre gestores públicos de cultura e sociedade civil, garantindo a transparência.

Proposta 04 - 217 votos

Garantir a efetiva democratização e desburocratização na distribuição equânime de recursos e programas, por meio da revisão dos editais do MinC e das Secretarias de Cultura dos estados, estabelecendo critérios de acesso aos recursos, contemplando todas as regiões administrativas de cada estado. Assim como a implementação de sistema de cotas nos Editais para todas as regiões administrativas, priorizando o interior profundo e o litoral.

EIXO III - IDENTIDADE, PATRIMÔNIO E MEMÓRIAProposta 01 - 202 votos

Criar e implementar políticas públicas de acervos, capazes de valorizar arquivos históricos, por meio da salvaguarda, mantendo atualização periódica, bem como, garantir o acesso público a eles, vinculando-os a um banco de dados composto por acervos nos três níveis da federação, de forma unificada e disponível digitalmente e online. Garantir o fomento aos acervos públicos e privados, por meio de editais, nos seguintes aspectos: digitalização dos acervos referentes aos patrimônios material e imaterial, fomento à pesquisa documental e aos meios necessários para tornar o

acervo acessível às pessoas com deficiência. Compor, assim, um inventário documental que promova o registro dos territórios brasileiros e suas especificidades com ênfase aos povos originários e comunidades tradicionais, evidenciando a diversidade dos aspectos artísticos e culturais brasileiros.

Proposta 03 - 196 votos

Efetivar o Sistema Nacional de Patrimônio Cultural (SNPC), quinta meta do Plano Nacional de Cultura (PNC), atuando em políticas públicas de preservação da materialidade e imaterialidade dos bens culturais, enfatizando a identificação, mapeamento, implantação e reconhecimento de espaços de difusão e memória (pontos ou casas de referência) fomentando a pesquisa, o registro de bens e espaços de diálogo com a sociedade civil de forma bienal; bem como orientar os entes federados, estaduais e municipais para implantação da cartografia da diversidade das expressões culturais tradicionais, de comunidades quilombolas, afro descendentes, de base comunitária, contemplando a diversidade étnica e de bens culturais não consagrados, representados na identidade cultural dos municípios e da federação.

EIXO IV - DIVERSIDADE CULTURAL E TRANSVERSALIDADES DE GÊNERO, RAÇA E ACESSIBILIDADE NA POLÍTICA CULTURAL

Proposta 02 - 211 votos

Criar ações afirmativas que balizem política pública que as consolidem:

a) instrumentos de incentivo financeiro a agentes culturais de grupos marginalizados historicamente, como pessoas com deficiência, pessoas negras, de matrizes africanas, população LGBTQIAPN+, povos tradicionais e imigrantes, com prioridade para prêmios e bolsas; b) o direito de acesso a partir da reforma e adaptação de espaços culturais para sanar barreiras, de modo a promover o desenvolvimento estratégico de territórios vulneráveis; c) letramento antirracista e anti capacitista em toda a cadeia de trabalho e gestão da cultura; e d) cotas em editais públicos voltados para todas as populações minorizadas.

Proposta 04 - 204 votos

Criar ações afirmativas que balizem política pública que as consolidem:

a) instrumentos de incentivo financeiro a agentes culturais de grupos marginalizados historicamente, como pessoas com deficiência, pessoas negras, de matrizes africanas, população LGBTQIAPN+, povos tradicionais e imigrantes, com prioridade para prêmios e bolsas; b) o direito de acesso a partir da reforma e adaptação de espaços culturais para sanar barreiras, de modo a promover o desenvolvimento estratégico de territórios vulneráveis; c) letramento antirracista e anti capacitista em toda a cadeia de trabalho e gestão da cultura; e d) cotas em editais públicos voltados para todas as populações minorizadas.

EIXO V - ECONOMIA CRIATIVA, TRABALHO, RENDA E SUSTENTABILIDADEProposta 03 - 205 votos

Criar um programa de seguridade social e de renda mínima, que garanta também a renda do trabalhador durante: a intermitência de trabalho, catástrofes climáticas, casos fortuitos e de força maior que, no geral, impactem no fazer cultural dos trabalhadores e trabalhadoras da cultura.

Proposta 01 - 157 votos

Implementar um Sistema Federal de Formação para gestores culturais do setor público e da sociedade civil, em parceria com entidades públicas e privadas, destinadas a empreendedores, fazedores e trabalhadores da cultura, agentes culturais, da economia criativa e conselheiros, respeitando as particularidades dos territórios nos Estados, Distrito Federal e Municípios. Este sistema deverá dar conta de disponibilizar formações em temas da cultura.

EIXO VI - DIREITO ÀS ARTES E LINGUAGENS DIGITAISProposta 04 - 192 votos

Criar um programa de pesquisa e fomento para o desenvolvimento de tecnologia na área da cultura, artes, economia criativa e linguagens digitais. Bem como identificar, mapear, valorizar e promover o intercâmbio de produção e pesquisas de

Arte e Cultura em todas as esferas da federação.

Proposta 01 - 146 votos

Realizar conferências específicas para revisar a legislação dos direitos autorais com ampla participação dos trabalhadores dos setores e considerando as diversas especificidades das novas linguagens da cultura.

SOBRE A VOTAÇÃO DOS DELEGADOS

COMISSÃO FISCALIZADORA

Foi eleita em Plenária uma comissão fiscalizadora de seis delegados e delegadas com intuito de acompanhamento do processo de votação e apuração dos candidatos a delegados e delegadas, a fim de garantir a lisura do processo. A comissão formada de delegados/as não candidatos foi validada pela maioria dos participantes presenciais e online.

DELEGADOS E DELEGADAS SETORIAIS

Dos 18 delegados setoriais, 17 foram validados, conforme estabelecido no regimento:

CATEGORIA	NOME	REPRESENTAÇÃO	QUALIFICAÇÃO	17/01	18/01
Afrobrasileiras	Silvany Euclênio Silva	Titular	Sociedade Civil	Online	Online
Arte digital	Marcelo de Freitas Rigon	Titular	Sociedade Civil	Online	Online
Artes visuais	Flavio Mota	Titular	Sociedade Civil	Online	Online
Artesanato	Marisa do Carmo Moura	Titular	Sociedade Civil	Presencial	Presencial
Circo	Poliana Helena	Titular	Sociedade Civil	Online	Online
Culturas populares	Mestre Gil do Jongo de Piquete	Titular	Sociedade Civil	Online	Online
Dança	José Renato Fonseca de Almeida	Titular	Sociedade Civil	Presencial	Presencial
Design	Ícaro Henrique de Abreu Monteiro	Titular	Sociedade Civil	Online	Online
Livros, leituras e bibliotecas	Fernando Ferrari	Titular	Sociedade Civil	Presencial	Presencial
Moda	Francisca Dantas Mendes	Titular	Sociedade Civil	Presencial	Presencial
Museus	Joselaine Mendes Tojo	Titular	Sociedade Civil	Online	Online
Música	Inti Queiróz	Titular	Sociedade Civil	Presencial	Presencial
Patrimônio imaterial	José Pedro da Silva Neto	Titular	Sociedade Civil	Presencial	Presencial
Patrimônio material	Cind Kelly Octaviano	Titular	Sociedade Civil	Presencial	Presencial
Teatro	Caio Sérgio de Castro Armada Floret Franzolin	Titular	Sociedade Civil	Presencial	Presencial
Culturas indígenas	Clarice Josivânia da Silva (Etnia Pankarau)	Titular	Sociedade Civil	Online	Online
Arquitetura e urbanismo	Cristina Alexandre Pasquini	Titular	Sociedade Civil	Online	Online

PROCESSO DE VOTAÇÃO

O processo de votação em Plenária foi iniciado com a apresentação dos delegados e delegadas candidatos, sendo apresentados primeiramente os(as) candidatos(as) presenciais, seguidos(as) dos(as) candidatos(as) virtuais.

Decorrido tempo de apresentação, deu-se início ao processo de votação via "token" e as apurações dos votos foram acompanhadas por 3 (três) representantes da Sociedade Civil, visando garantir clareza e segurança nos resultados da eleição.

DOS(AS) DELEGADOS(AS) ELEITOS(AS)

Ao final da Plenária Geral, houve o resultado dos delegados e delegadas representantes na Etapa Nacional da 4ª Conferência Nacional de Cultura. Sendo o total de 23 (vinte e três) delegados(as) da Sociedade Civil, 20 (vinte) delegados(as) do Poder Público e 17 (dezesete) delegados(as) setoriais, totalizando 60 (sessenta) delegados eleitos, sendo a leitura dos(as) delegados(as) eleitos(as) em Plenária feita pela Comissão Fiscalizadora, sendo eles:

DELEGADOS(AS) TITULARES REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL							
ELEITOS RA's							
ID	Votos	Candidato	Art. 21	RA	Gênero	SC ou PP	Eleitos
307	13	Ricardo Faria	Sim	Araçatuba	Homem cisgênero	Sociedade Civil	1
261	1	José Geraldo Resende	Sim	Barretos	Homem cisgênero	Sociedade Civil	2
254	6	Igor Fernandes	Sim	Bauru	Homem cisgênero	Sociedade Civil	3
280	22	Maíra Schiavinato Massei	Sim	Campinas	Agênero	Sociedade Civil	4
242	8	Douglas Aranha	Não	Central	Homem Cisgênero	Sociedade Civil	5
219	7	Bruna Motta	Sim	Marília	Gênero não-binário	Sociedade Civil	6
303	5	Priscila	Não	Presidente Prudente	Mulher Cisgênero	Sociedade Civil	7
262	3	José Magalhães	Sim	Registro	Homem Cisgênero	Sociedade Civil	8
203	36	Adriana Scannavez	Sim	Ribeirão Preto	Mulher Cisgênero	Sociedade Civil	9
212	11	Angela Maria do Vale	Sim	RMSP	Mulher Cisgênero	Sociedade Civil	10
223	27	Caio Martinez Pacheco	Não	Santos	Homem Cisgênero	Sociedade Civil	11
272	10	Lawrence Garcia	Não	São José Do Rio Preto	Homem Cisgênero	Sociedade Civil	12
256	15	Jacqueline Baumgratz	Não	São José Dos Campos	Mulher Cisgênero	Sociedade Civil	13
270	14	Lais Rocha	Não	Sorocaba	Mulher Cisgênero	Sociedade Civil	14
290	20	Miriam Vieira	Sim	Santos	Mulher Cisgênero	Sociedade Civil	15
268	17	Kaina Ciasca	Sim	Campinas	Homem Cisgênero	Sociedade Civil	16
258	14	Jessyca Biazini	Sim	São José dos Campos	Mulher Cisgênero	Sociedade Civil	17
220	13	Brunão Mentsagaz	Sim	Santos	Homem Cisgênero	Sociedade Civil	18
314	12	Sonia Ribeiro	Sim	São José dos Campos	Mulher Cisgênero	Sociedade Civil	19
239	11	Denilza Kaimbé	Sim	RMSP	Mulher Cisgênero	Sociedade Civil	20
297	10	Olivia Costa	Não	São José dos Campos	Mulher Cisgênero	Sociedade Civil	21
257	10	Jessica Moraes	Sim	São José dos Campos	Mulher Cisgênero	Sociedade Civil	22
227	9	Caroline Alcantara	Sim	RMSP	Mulher Cisgênero	Sociedade Civil	23

DELEGADOS TITULARES REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO							
Apuração Poder Público							
ID	Votos	Candidato	Art. 21	RA	Gênero	SC ou PP	Eleitos
134	35	Pedro Saletti	Sim	Santos	Homem cisgênero	Poder Público	1
111	31	Dandewara Pereira	Sim	Barretos	Mulher cisgênero	Poder Público	2
139	22	Ricardo Massonetto	Não	São Paulo	Homem cisgênero	Poder Público	3
103	15	Alcemir Palma	Não	São José dos Campos	Homem cisgênero	Poder Público	4
144	15	Simone Eliza Marcondes	Sim	Central	Mulher cisgênero	Poder Público	5
137	15	Rafael Soares	Sim	São José dos Campos	Homem cisgênero	Poder Público	6
133	14	Paulinho Trewasae	Sim	São Paulo	Homem cisgênero	Poder Público	7
130	12	Pablo Carajol Delvage	Não	Campinas	Homem cisgênero	Poder Público	8
122	10	Larissa Rizzatti	Não	Ribeirão Preto	Mulher cisgênero	Poder Público	9
101	9	Adba Cuba	Sim	São José dos Campos	Homem cisgênero	Poder Público	10
114	9	Evandro Felix	Sim	Campinas	Homem cisgênero	Poder Público	11
136	8	Preto Maloca	Sim	São Paulo	Homem cisgênero	Poder Público	12
142	8	Flávio Shimoda	Não	São Paulo	Homem cisgênero	Poder Público	13
117	7	Glacimere Pimenta	Sim	São José dos Campos	Mulher cisgênero	Poder Público	14
148	7	Sandra	Não	Bauru	Mulher cisgênero	Poder Público	15
146	7	Wesley Rizzi	Não	Sorocaba	Homem cisgênero	Poder Público	16
106	7	Angelina Moreira de Souza	Sim	São Paulo	Mulher cisgênero	Poder Público	17
132	7	Patrick Gonçalves Ribeiro	Sim	São José dos Campos	Homem cisgênero	Poder Público	18
119	6	Izabel Castanha	Não	Presidente Prudente	Mulher cisgênero	Poder Público	19
110	6	Cristoilma	Sim	São Paulo	Mulher cisgênero	Poder Público	20

NORTEADORES DA VOTAÇÃO DE DELEGADOS(AS)

Quantidade de votos

Conforme previsão do Regimento aprovado em 18 de dezembro de 2023, os(as) delegados(as) presentes na Plenária Final tiveram direito a votar em 3 (três) candidatos(as), sendo 2 (dois) delegados(as) representantes da sociedade civil e 1 (um) delegado(a) representante do poder público.

Ao final foram eleitos o total de 60 delegados(as), sendo 23 (vinte e três) delegados(as) da Sociedade Civil, 20 (vinte) delegados(as) do Poder Público e 17 (dezesete) delegados(as) setoriais.

Regiões Administrativas (RA's)

Foi garantido pelo menos 1 (uma) vaga para cada uma das 15 (quinze) Regiões Administrativas (RA's) e 1 (uma) para a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), nos termos da legislação vigente. Entretanto, 2 (duas) Regiões Administrativas não estavam representadas, sendo elas: Franca e Itapeva.

Vagas reservadas

Durante a apuração dos votos, foram garantidas a aplicação de 50% (cinquenta por cento) das vagas de delegados(as) para pessoas que se autodeclararam pretas, pardas, indígenas, quilombolas, povos e comunidades tradicionais, LGBTQIAPN+ e por pessoas com deficiência, com paridade de gênero em conformidade com a legislação vigente.

VALIDAÇÃO DA CANDIDATURA DOS DELEGADOS(AS) ELEITOS(AS)

Finalizada a leitura, os novos delegados e delegadas eleitos que participaram de forma presencial, foram convocados à mesa para assinatura de lista de presença. Já os delegados e delegadas eleitos que participaram de forma virtual se apresentaram via Zoom, a fim de validar sua elegibilidade.

MOÇÕES APROVADAS PELA PLENÁRIA

As moções apresentadas e aprovadas pela maioria dos(as) presentes presenciais e virtuais na Plenária Geral foram:

1) Moção de Recomendação: Considerando a vulnerabilidade da população LGBTQIAPN+ e sub notificação de violências contra essa parcela da população no território brasileiro, recomendamos o apoio estratégico dos setoriais de expressões culturais LGBT+ de regiões e territórios em que não existem esses setoriais consolidados, em que foram recém criados ou ainda, onde os dados de segurança pública atestem uma necessidade de intervenção cultural e formativa para a população de um modo geral afim de reverter as violências que afetam física e mentalmente as pessoas dessa população.

2) Moção de Repúdio: A sociedade civil de Catanduva manifesta a mais profunda indignação diante da conduta da Secretaria de Cultura de Catanduva durante a 4ª Conferência Estadual de Cultura expressamos nosso total repúdio ao cerceamento, à falta de informação, ao descomprometimento e à hostilidade demonstrados pela referida Secretaria em relação aos delegados, representantes legítimos da cultura local. Ao negligenciar o devido esclarecimento e tratamento adequado aos delegados, a Secretaria de Cultura de Catanduva tornou evidente a ausência de representatividade, comprometimento e respeito para com os artistas e fazedores de cultura de nossa comunidade. A atitude burocrática e desatenciosa adotada pela secretaria criou barreiras injustificadas e impôs entraves desnecessários à participação ativa e democrática dos representantes de Catanduva na conferência estadual de cultura. A necessidade de protocolar inúmeros e-mails e pedidos de resposta evidencia a total falta de transparência, diálogo e consideração por parte da Secretaria de Cultura de Catanduva bem como sua inaceitável ineficiência em fornecer todos os suportes necessários aos delegados representantes. É inadmissível que a cultura em Catanduva seja deixada de lado e comprometida pela falta de comprometimento e respeito por parte daqueles que deveriam promover, proteger e fortalecer o cenário cultural em nosso município. Diante do exposto, solicitamos, de forma veemente, que a Secretaria de Cultura de Catanduva reveja imediatamente sua conduta, retifique suas atitudes e estabeleça canais de comunicação efetivos e respeitosos com os artistas e fazedores de cultura, visando a construção de uma relação pautada na colaboração, diálogo e apoio mútuo. A

cultura em Catanduva merece ser valorizada, respeitada e promovida, e não pode continuar sendo tratada com descaso e negligência. Exigimos que a Secretaria de Cultura de Catanduva assuma suas responsabilidades perante a comunidade cultural e promova as mudanças necessárias para reestabelecer a confiança e representatividade legítima na gestão cultural de nosso município. A sociedade civil de Catanduva clama por uma cultura respeitada, incluída e fortalecida, e não por uma cultura esquecida e comprometida pela inação e desinteresse daqueles que deveriam zelar por sua promoção e desenvolvimento. (Carla Mendes de Souza - Sociedade Civil de Catanduva)

3) Moção de apelo por direitos previdenciários e seguridade social: Moção de apelo ao Poder Público Federal por maiores garantias de direitos previdenciários e seguridade social ao setor artístico e cultural. Exigimos a garantia de um regime especial de aposentadoria que nos garanta a possibilidade de envelhecer e manter condições de vida com dignidade. Esta é uma pauta de extrema importância e urgência, a falta da seguridade social nos coloca em situações de vulnerabilidade social e precisamos criar mecanismos e políticas públicas que atendam ao setor cultural, com especial atenção aos nossos mestres, griôs, fazedores e fazedoras, técnicos e técnicas, drag queens, travestis, agentes de expressões ou manifestações artísticas urbanas, tradicionais e populares (entre outros) que possuem uma lógica de existência e trabalho que difere, em princípio, da lógica mercadológica e capitalista imposta. O Estado não pode continuar nos abandonando. Exigimos seguridade social e regime de previdência especial! Isto posto, apresento esta Moção de APELO para aprovação da Plenária da Conferência Estadual de Cultura de São Paulo.

4) Moção de Aplauso: Peço licença a ancestralidade: Salve geral, bom dia pra nós. Moção de Aplausos. Nós, quanto militantes do Hip Hop, viemos através dessa moção de aplausos, ressaltar a importância do Hip Hop que deixou de ser apenas um conjunto de manifestações artísticas contemporânea e marginalizada, pra ser reconhecido como movimento sociocultural, político, educacional e desportivo atualmente. Movimento esse, que transforma vidas, sendo um instrumento eficaz na mediação de conflitos, enquanto cultura de paz no combate à violência generalizada, mantendo o tecido social em nossa sociedade contemporânea. O Hip Hop em seu alicerce artístico tem em sua estrutura: RAP - DJ-Breaking - Graffiti e a

consciência como elemento intelectual, sendo usado como ferramenta de transformação social dentro da educação nas escolas, dentro do esporte nas olimpíadas, na política, tendo representantes nas câmaras municipais D nas assembleias legislativas em diversos Estados nacionais. Completando 50 (cinquenta) anos de existência, tendo como estopim o dia 11 de agosto de 1973 nos guetos do Bronx, a festa realizada por DJ Kool Herc e sua irmã Cindy Campbell e um ano depois no dia 20 de novembro de 1974, o DJ Afrika Bambaata uni os elementos e funda a Universal Zulu Nation primeira organização social oriunda do movimento Hip Hop. Hoje em 2024, ao completar seus 40 (quarenta) anos de existência aqui no Brasil, onde teve seu epicentro nos anos 80 na estação São Bento com Nelson Triunfo e a Funk Cia precursores do Breaking e com Racionais MC's dando voz às periferias se tornando o maior grupo de *RAP* nacional, assim como primeiro representante da Zulu Nation no país, o King Nino Brown. Atualmente, o Hip Hop está na grade curricular educacional pela LDB, já é modalidade olímpica a se estrear esse ano nas Olimpíadas, tendo vereadores e deputados hip hoppers legislando, diversos mestres acadêmicos ministrando aulas em Universidades e se destrancando em seus ofícios. No dia 20 de novembro de 2023, nosso presidente Lula assinou o decreto federal 11.784/23 que reconhece, fomenta e valoriza o *Hip Hop* em todas as esferas como uma política pública cultural no Brasil, se tornando o primeiro país a reconhecer o *Hip Hop* como política pública no mundo. Com tudo, viemos com essa moção de aplausos pedir uma questão de encaminhamento que se disponibilize uma vaga para delegado estadual que contemple o Hip Hop nesse momento épico de toda sua história por tudo que o mesmo representa e contribui em nossa cultura brasileira. Salve o Hip Hop Que salva vidas!

5) Moção de recomendação: Considerar o contexto da emergência climática e a localização de vulnerabilidade das regiões costeiras do litoral brasileiro, quando em situações de desastres, catástrofes e/ou calamidade pública, para haja ações imediatas e consistentes do órgão gestor de cultura para socorrer, mitigar os impactos, reduzir as vulnerabilidades e os riscos associados aos eventos ambientais, que atinjam direta e indiretamente os agentes da economia criativa do município. Destinação dos resíduos naturais utilizados como matéria prima artesanal, como madeiras que possam ser destinados aos produtores culturais, apoiando também a logística de distribuição. Considerar também, quando em cenários de pandemia

e/ou crises sanitárias e de governabilidade que impactem a produção artesanal, cultural e artística, as especificidades de cada território afetado, a fim de construir políticas públicas que garantam a manutenção dos trabalhos e da segurança alimentar, física e emocional dos trabalhadores da economia criativa (arte e cultura) atingidas nos territórios Além do socorro emergencial, garantir o acompanhamento dos atingidos por no mínimo 5 anos, a fim de garantir a recuperação econômica, física e emocional dos fazedores de cultura, em especial os de povos e comunidades tradicionais.

6) Moção de repúdio: A plenária da Conferência estadual de cultura vem, por meio desta moção repudiar e protestar contra a falta de compromisso, trabalho e participação da secretária Marília Marton (atual secretária da cultura e economia criativa do Estado de São Paulo) dentro da Conferência estadual de cultura realizada no dia 18 de dezembro de 2023, e nas datas presenciais de 17 e 18 de janeiro de 2024 na cidade de São Paulo. A presença da secretária é de fundamental importância para os cidadãos, trabalhadores e fazedores da Cultura para ampliação da discussão intercâmbio e promoção da Cultura. A não participação da secretária fere aos participantes da conferência e escancara o não compromisso da atual secretária com a cultura e a economia criativa. Impossibilitando a articulação da sociedade civil com o poder público. Ante o exposto requeremos que conste nesta conferência essa moção.

7) Moção de repúdio: A plenária desta Conferência Estadual de Cultural apoia à moção da Câmara Temática da Pessoa com Deficiência de Campinas em repúdio às manifestações públicas e privadas em grupos de WhatsApp de pessoas do setor cultural com intenção de deslegitimar a obrigatoriedade de recursos orçamentários para acessibilidade cultural na Lei Paulo Gustavo. É lamentável o empreendimento de algumas destas pessoas trabalhadoras da cultura para difamar ou mesmo inviabilizar uma mudança cultural necessária e já tão atrasada que é o respeito aos direitos culturais das pessoas com deficiência. Mas não nos surpreende o capacitismo revelado frente às propostas de tentem distribuir os investimentos públicos de cultura de maneira menos desigual. Apesar do Plano Nacional e Estadual de Cultura preverem a acessibilidade cultural (e ainda assim estas nunca terem sido obrigatórias nos editais do Estado de São Paulo até agora) e a Lei Brasileira de Inclusão ser objetiva de que todos os espaços são para as pessoas com

deficiência, logo a acessibilidade deve ser vista de maneira transversal e pertinente a todos os campos da gestão pública. Algumas pessoas ainda se confortam em nos ignorar e manter o histórico isolamento social ao qual foram submetidas as pessoas com eficiência. Com isso, agradecemos às pessoas que renovam sua solidariedade com a luta das pessoas com deficiência, que reconhecem a importância de estas não serem mais vistas pelas políticas culturais apenas no momento de formação de público (passivo). Que reconhecem as produções intelectuais, artísticas e culturais pessoas com deficiência. Entendem que estas devem ser reconhecidas financeiramente, todos temos direito ao trabalho e renda na cultura. Que entendem que acessibilidade é tecnologia social para um mundo mais acolhedor e possível de participação das mais diversas pessoas. Que frente a uma mudança cultural, como a proposta de maneira pouco mediada pela Lei Paulo Gustavo, não reagem de maneira conservadora e se abrem para o diálogo.

8) Moção de Repúdio: Moção de repúdio contra gestores municipais que não garantiram a presença e transporte de Delegados a participação da Conferência estadual. A plenária da Conferência estadual de cultura vem por meio dessa moção repudiar os gestores municipais que não cumpriram a portaria do MINC. E necessário fazer a cobrança dos gestores e das secretarias por não cumprirem o Rendimento interno aprovado na conferência do dia 18 de dezembro de 2023, no memorial da América Latina, em que o artigo 9, parágrafo único dispunha que cada delegado poderá decidir a modalidade que irá participar. Posto isto era necessário que os gestores e o município garantissem seu transporte aos Delegados para conferência presencial no dia 17 e 18 de janeiro de 2024 na cidade de São Paulo. Posto isto, saudamos os delegados que mesmo sem suporte se se mobilizaram participar com recursos próprios e outras iniciativas

9) Moção de Repúdio: Repudiamos as políticas de aumento da produção de petróleo e gás perpetradas pelo governo federal. Considerando a vulnerabilidade das regiões costeiras do litoral brasileiro e dos territórios de povos e comunidades tradicionais afetadas por grandes empreendimentos extrativistas e mineradores, a exemplo da produção petrolífera, e o contexto das emergências climáticas, é de extrema gravidade a violência gerada por essas políticas energéticas e produtivas. A tentativa de abertura de poços de exploração na Amazônia, tanto no continente quando em seu litoral, bem como os esforços da Petrobras de consolidar a 4ª Etapa

de Exploração dos Poços do Pré-Sal na Bacia de Santos afeta diretamente os modos de vida de povos e comunidades tradicionais, deixando essas populações em um estado de ainda maior vulnerabilidade. Seja pela infraestrutura necessária aos empreendimentos, que ocupa física e simbolicamente os territórios tradicionais; seja pela poluição direta e indireta causada pela produção, por vazamentos, contaminações do solo e das águas; seja pelos veículos e embarcações que transportam os produtos e interferem na circulação e na ocupação territorial desses povos e comunidades; seja pelos eventos climáticos extremos causados pela emissão de gases do efeito estufa que vitimizam não só as populações tradicionais como também as populações periféricas, convidamos a repensarmos a política energética e extrativista nacional, a fim de defender e salvaguardar as culturas originárias e tradicionais do Brasil.

10) Moção de solidariedade: Moção de solidariedade a palhaça Julieta Hernandez. A ciclo viajante, palhaça, feminista e artista venezuelana Julieta Fernandez, de 38 anos, foi brutalmente assassinada. Julieta é mais uma das inúmeras artistas invisibilizadas pela falta de proteção efetiva aos artistas em território brasileiro. O número de feminicídios no Brasil vem crescendo de forma trágica, e a repulsa contra artistas tem tomado proporções absurdas, especialmente para artistas de rua, principalmente mulheres em movimento. Julieta foi estuprada, assassinada e teve seu corpo queimado por um casal, um triste episódio que deixa mazelas, traumas e indignação, pois revela a falta de segurança enquanto realizamos nossas atividades culturais. A garantia de proteção de nossas vidas nos espaços culturais é fundamental para que possamos circular as linguagens artísticas com o mínimo de segurança possível. É importante frisar que Julieta, assim como outras artistas, é mais uma vítima de uma estrutura que ceifou sua vida de forma brutal, covarde e sistemática. Julieta não conseguiu concluir sua última viagem, que seria seu retorno para a Venezuela. Cabe ao conjunto do setor cultura ampliar e buscar sempre incorporar uma política de proteção aos artistas, especialmente aqueles em movimento. JULIETA, PRESENTE!

11) Moção contra o apagamento da memória e da história do Povo Guayaná-Muiramomi, originários de Piratininga: Somos descendentes em linha direta do Morubixaba Ussu Tibiriçá e do Morubixaba Ussu Piqueroby, originários e primeiros habitantes do sertão paulista. Campos de Piratininga. Repudiamos o silenciamento

e o apagamento de nossas raízes ancestrais, berço dessa sociedade que hoje chamamos de Brasil. Silenciamento de nossas histórias, topônimo, e biografias históricas e heroicas, e exaltação dos bandeirantes genocidas que nos subjugou e esbulharam nossas terras. Queremos reparação histórica: nossas tradições, biografias e datas comemorativas como parte integrante da cultura desse povo paulista. Reivindicamos também um centro de Memória e Tradições do Povo Guayaná-Muiramomi, bem como o registro dos Caminhos do Peabiru, Ca'aguassu, e de nossas memórias e festividades ancestrais como o Ano Novo Indígena, que o jesuíta chamou de festa junina!

12) Moção de Aplausos: Moção de aplausos aos delegados eleitos que mesmo sem receber recursos das prefeituras estiveram presentes com recursos próprios por entender a importância da participação da sociedade civil na construção de políticas públicas para a cultura e aos gestores que, diferente da maioria do setor público, estiveram presentes presencialmente colaborando com o diálogo, entendimento das demandas e com a construção de tais propostas. A hora da Cultura é AGORA e o momento é JÁ!

13) Moção de repúdio: A plenária desta Conferência Estadual de Cultura apoia à moção da Câmara Temática da Pessoa com deficiência de Campinas em repúdio às manifestações públicas e privadas em grupos de WhatsApp de pessoas do setor cultura com intenção de deslegitimar a obrigatoriedade de recursos orçamentários para acessibilidade cultural na Lei Paulo Gustavo. É lamentável o empreendimento de algumas destas pessoas trabalhadoras da cultura para difamar ou mesmo inviabilizar uma mudança cultural necessária e já tão atrasada que é o respeito aos direitos culturais das pessoas com deficiência. Mas não nos surpreende o capacitismo revelado frente às propostas de tentem distribuir os investimentos públicos de cultura de maneira menos desigual. Apesar do Plano Nacional e Estadual de Cultura preverem a acessibilidade cultural (e ainda assim estas nunca terem sido obrigatórias nos editais do Estado de São Paulo até agora) e a Lei Brasileira de Inclusão ser objetiva de que todos os espaços são para as pessoas com deficiência, logo a acessibilidade deve ser vista de maneira transversal e pertinente a todos os campos de gestão pública.

14) Moção de repúdio aos municípios que não garantiram o transporte de delegados: A plenária da Conferência Estadual de Cultura vem por meio dessa moção repudiar os gestores municipais que não cumpriram a portaria do MINC. É necessário fazer a cobrança dos gestores e das secretarias por não cumprirem o rendimento interno aprovado na conferência do dia 18 de dezembro de 2023, no memorial da América Latina, em que o artigo 9, parágrafo único dispunha que cada delegado poderá decidir a modalidade que irá participar. Posto isto era necessário que os gestores e o município garantissem seu transporte aos Delegados para conferência presencial no dia 17 e 18 de janeiro de 2024 na cidade de São Paulo. Posto isto, saudamos os delegados que mesmo sem suporte se mobilizara participar com recursos próprios e outras iniciativas. Cidades que não auxiliaram: Santa Rosa do Viterbo, Bauru, Birigui, Ilhabela, Presidente Prudente, entre outras.

ENCERRAMENTO DA PLENÁRIA

Houve encerramento da Plenária Geral com o encaminhamento de 42 (quarenta e duas) propostas no total, sendo 28 (vinte e oito) propostas encaminhadas à Secretaria da Cultura, Economia e Indústria Criativas de São Paulo e 14 (catorze) propostas encaminhadas a etapa nacional da 4ª Conferência Nacional de Cultura, eleição dos(as) delegados(as) representantes do Estado de São Paulo durante a 4ª Conferência Nacional de Cultura, e eleição das moções apresentadas na Plenária Geral às 23:00 horas.

REALIZAÇÃO
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

TARCÍSIO DE FREITAS
Governador

SECRETARIA DA CULTURA, ECONOMIA E INDÚSTRIA CRIATIVAS

MARÍLIA MARTON
Secretária Titular

MARCELO HENRIQUE DE ASSIS
Secretário Executivo

DANIEL SCHEIBLICH RODRIGUES
Chefe de Gabinete

Comissão Organizadora Estadual

ANDERSON DA SILVA ABRAÇOS - Assessor Técnico de Gabinete da SCEIC-SP

ANTONIETA JORGE DERTKIGIL - Sociedade Civil

BRUNO MODESTO SANTOS - Servidor da Secretaria de Cultura do Município de São Paulo

EFREN EDUARDO COLOMBANI - Executivo Público da SCEIC-SP

FILIPA BRUNELLI IANI - Vereadora do Município de Araraquara

JULIANA DOS SANTOS MOUTA - Assessora Técnica de Gabinete da SCEIC-SP

LAURO ÁVILA PEREIRA - Executivo Público da SCEIC-SP

LIANA CROCCO - Coordenadora da Unidade de Fomento à Cultura (UFEC) da SCEIC-SP

RENATA CABREIRA DE MORAIS - Secretária Executiva da Associação de Dirigentes Municipais de Cultura (ADIMC) e Secretária de Cultura, Turismo e Lazer do Município de Jarinu

RENATO TOPORCOV SIMÕES BARREIROS - Superintendente de Difusão Cultural da OS de Cultura Catavento Cultural e Educacional

Coordenadores da Secretaria da Cultura, Economia e Indústria Criativas

BRUNA ATTINA

UFC – Unidade de Formação Cultural

DENNIS ALEXANDRE R. DE OLIVEIRA.

UDBL – Unidade de Difusão Cultural, Bibliotecas e Leitura.

GISELA COLAÇO GERALDI

UM – Unidade de Monitoramento

LIANA CROCCO

UFEC – Unidade de Fomento à Cultura

MARIANA ROLIM

UPPH – Unidade de Preservação do Patrimônio Histórico

VANESSA COSTA RIBEIRO

UPPM – Unidade de Preservação do Patrimônio Museológico

Produção

ASSOCIAÇÃO PAULISTA DOS AMIGOS DA ARTE – ORGANIZAÇÃO SOCIAL DE CULTURA